



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 22 / 03 / 19 99
C	
	Rubrica

**Processo** : 10410.001911/96-56  
**Acórdão** : 203-04.470

**Sessão** : 13 de maio de 1998  
**Recurso** : 103.328  
**Recorrente** : COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA LAGINHA  
**Recorrida** : DRJ em Recife - PE

**ITR - ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** - Conforme jurisprudência reiterada, não é competente este Colegiado Administrativo para declarar inconstitucionais as leis tributárias, cabendo-lhe, apenas, aplicar a legislação vigente. **BASE DE CÁLCULO - REDUÇÃO DO VTNm TRIBUTADO** - O Valor da Terra Nua mínimo Tributado - VTNm só pode ser revisto, mediante a apresentação de Laudo Técnico de Avaliação elaborado por entidades de reconhecida capacitação técnica ou por profissional devidamente habilitado. Inexistindo Laudo, mantém-se o VTNm tributado. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA LAGINHA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos: I) em rejeitar a preliminar de inconstitucionalidade; e II) em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1998

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente e Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elvira Gomes dos Santos, Francisco Sérgio Nalini, Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Sebastião Borges Taquary e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Sass/CF



**Processo : 10410.001911/96-56**

**Acórdão : 203-04.470**

**Recurso : 103.328**

**Recorrente : COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA LAGINHA**

## RELATÓRIO

COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA LAGINHA, nos autos qualificada, foi notificada do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, das Contribuições Sindicais Rurais do Trabalhador e do Empregador e da Contribuição ao SENAR, relativos ao exercício de 1995, do imóvel rural denominado “Fazenda Timbó”, de sua propriedade, localizado no Município de União dos Palmares - AL, cadastrado no INCRA sob o Código 244180.261270.6 e inscrito na SRF sob o nº 2766355.8.

A contribuinte impugnou o lançamento (Doc. de fls. 01) pleiteando sua anulação e ou redução do VTNm tributado, alegando que o valor do tributo (exercício de 1995) sofreu um aumento aproximado de 140% em relação ao valor de 1994, enquanto a inflação acumulada no mesmo período ficou em torno de 18,49% e, ainda, que o referido lançamento feriu frontalmente o princípio da anterioridade ínsito no artigo 150, III, *b*, da CF/88, uma vez que, por força da IN SRF nº 42/96, o tributo foi aumentado no mesmo exercício financeiro de sua publicação.

A autoridade recorrida julgou o lançamento procedente, assim ementando a sua Decisão de fls. 16/17:

**“IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

**BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO.**

*A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR é o Valor da Terra Nua - VTN constante da declaração anual apresentada pelo contribuinte retificado de ofício caso não seja observado o valor mínimo de que trata o § 2º do art. 3º da Lei Nº 8.847/94 e art. 1º da Portaria Interministerial MEF/MARA Nº 1.275/91.*

**AÇÃO ADMINISTRATIVA PROCEDENTE.”**



**Processo :** 10410.001911/96-56  
**Acórdão :** 203-04.470

Irresignada com a decisão singular, a contribuinte, tempestivamente, interpôs Recurso Voluntário de fls. 22/25, aduzindo as seguintes razões:

a) o julgador de primeiro grau, equivocadamente, entendeu que o art. 150, I, da CF/88, não foi afrontado, uma vez que o tributo exigido obedece o preceito legal ínsito na Lei nº 8.847/94, servindo a Instrução Normativa apenas para aprovar a tabela que fixou o VTNm/ha;

b) ledo engano! Pois, por via da Instrução Normativa SRF nº 42/96, publicada dentro do mesmo exercício financeiro, a Secretaria da Receita Federal alterou o VTNm/ha acima dos índices oficiais de atualização monetária, ferindo os princípios da legalidade e anterioridade ínsitos na CF/88;

c) utilizou-se a Secretaria da Receita Federal de instrumento imprestável ao fim - instrução normativa -, extrapolando sua função subordinativa, secundária e acessória aos atos de natureza primária, como as leis e as medidas provisórias, demolindo o muro da hierarquia normativa e, conseqüentemente, viciando-a de ilegalidade;

d) segundo o Prof. Hely Lopes Meirelles, na sua obra "DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO", as instruções normativas são atos administrativos expedidos pelos Ministros de Estado para a execução das leis, decretos e regulamentos (CF, art. 87, § único, II) mas, também, utilizadas por outros órgãos superiores ao mesmo;

e) restando fartamente demonstrada a não serventia da Instrução Normativa SRF nº 42/96 de 19 de julho de 1996, em face do mau uso desta figura jurídica e da má interpretação do texto da Lei nº 8.847/94, que em seu art. 3º reza ser a base de cálculo do imposto o Valor da Terra Nua - VTN, apurado no dia 31 de dezembro do exercício anterior, torna-se infundada a afirmação de que a prefalada instrução "apenas está aprovando, com base na Lei nº 8.847/94, nos termos do § 2º do art. 3º, o Valor da Terra Nua - VTNm/ha, para os municípios de situação dos imóveis rurais, levantados referencialmente em 31/12/94."; e

f) o lançamento do ITR/95, mesmo já tendo sido enviados os DARF aos contribuintes, foi suspenso, em 29/03/96, para posteriormente serem lançados com base na IN SRF nº 42/96, com majoração do tributo no mesmo exercício financeiro, apanhando a todos de surpresa.

Citou, ainda, julgamento do STJ, sobre atualização e majoração da base de cálculo do IPTU, cujo recurso foi conhecido e provido (fls. 23), e Súmula nº 160 do STJ, também sobre o IPTU, que assim dispôs: "É defeso, ao município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice de correção monetária."



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo : 10410.001911/96-56**  
**Acórdão : 203-04.470**

Finalizando, requereu seja julgado **PROVIDO** o presente recurso voluntário para anular a Decisão da DRJ em Recife - PE e declarar insubsistente e nulo o lançamento do ITR/95 com base na IN SRF nº 42/96 para autorizar o recolhimento do tributo com base no lançamento suspenso pela IN SRF nº 16/96.

A Fazenda Nacional opinou no sentido de que seja mantida a decisão singular, conforme Contra-Razões de fls. 32/35.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive script.



Processo : 10410.001911/96-56  
Acórdão : 203-04.470

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

Cumpra observar, preliminarmente, que na impugnação a recorrente alegou que o lançamento infringiu o artigo 150, inciso III, alínea “b”, da CF/88, princípio da anterioridade; enquanto que no Recurso se referiu ao inciso I, deste mesmo dispositivo legal, que veda a exigência ou aumento de tributo sem que lei o estabeleça. A alegação decorreu do seu entendimento equivocado, de que o lançamento do ITR/95 teria sido feito com base na IN SRF nº 42, de 19 de julho de 1996, ferindo simultaneamente os incisos I e III, “a”, do artigo 150 da CF/88.

Este Colegiado tem, reiteradamente, de forma consagrada e pacífica, entendido que não é foro ou instância competente para a discussão da constitucionalidade de lei. Tal julgamento é matéria de atribuição exclusiva do Poder Judiciário (CF, art. 102, I, “a”), cabendo ao órgão administrativo, tão-somente, aplicar a legislação em vigor. Desta forma rejeito a preliminar argüida.

Quanto ao mérito, o lançamento foi feito com fundamento na Lei nº 8.847/94, utilizando-se os dados informados pela contribuinte na DITR, desprezando-se apenas o VTN declarado, por ser inferior ao VTNm fixado pela IN SRF nº 42/96, adotando-se este como VTN tributado, em obediência ao disposto no artigo 3º, parágrafo 2º, da referida lei, e artigo 1º da Portaria Interministerial MEF/MARA nº 1.275/91.

De acordo com a legislação então vigente, sempre que o Valor da Terra Nua - VTN declarado pelo contribuinte for inferior ao Valor da Terra Nua mínimo - VTNm fixado segundo o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 8.847/94, adotar-se-á este para o lançamento do ITR.

No entanto, no próprio artigo 3º foi inserido o parágrafo 4º que permite ao contribuinte que discordar do VTNm atribuído ao seu imóvel solicitar sua revisão mediante a apresentação de Laudo Técnico de Avaliação provando que o seu VTN, em face das características peculiares e específicas, é inferior àquele mínimo.

Segundo o parágrafo 4º do citado artigo: ***“A autoridade administrativa competente poderá rever, com base em laudo técnico emitido por entidades de reconhecida capacitação técnica ou profissional devidamente habilitado, o Valor da Terra Nua mínimo - VTNm, que vier a ser questionado pelo contribuinte.”***



**Processo** : 10410.001911/96-56  
**Acórdão** : 203-04.470

Assim, o contribuinte que discordar do VTNm tributado pode solicitar sua revisão mediante a apresentação de Laudo Técnico de Avaliação, conforme disposto no dispositivo legal citado acima. Por que a recorrente não o fez? O Valor da Terra Nua de seu imóvel em 31/12/94 seria bem superior ao VTNm fixado para o município de sua localização?

Ao invés de apresentar o Laudo previsto na legislação de regência do ITR, a recorrente preferiu atacar a Lei nº 8.847/94 e a Instrução Normativa que fixou os VTNm.

Já as citações de julgamentos sobre o IPTU não têm qualquer relação com o ITR. Enquanto que a base de cálculo daquele imposto é fixada por decretos municipais que quase sempre apenas a corrigem de um exercício para o outro, segundo os índices de preços municipais ou nacionais, a base de cálculo do ITR é o valor médio de mercado da terra nua, levantado referencialmente em 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior. Esse valor pode ser superior ou inferior aos dos exercícios anteriores, tanto é que a cada exercício os valores dos VTNm da maioria dos municípios vêm sendo fixados em valores menores que dos exercícios anteriores, adequando-se à realidade do mercado de terras rurais.

Portanto, provado que o lançamento foi fundamentado na Lei nº 8.847/94 e não na Instrução Normativa como quer entender a recorrente, que esta desprezou a oportunidade de apresentar Laudo Técnico de Avaliação do VTN do seu imóvel e, ainda, que a Instrução Normativa apenas fixou os VTNm vigentes em 31/12/94, que este ato normativo foi eminentemente declaratório de uma situação vigente àquela época, e não se criou nenhuma inovação, muito menos fixou base de cálculo para o lançamento do ITR/94, não cabe a revisão do VTNm tributado e nem a anulação do lançamento, conforme requereu a contribuinte.

Em face do exposto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO**, mantendo a exação nos valores constantes na Notificação de Lançamento.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1998

  
OTACÍLIO DANTAS CARTAXO